

Maquiavel e o seu conceito de virtù

Machiavelli and your concept of virtù

Everton Aparecido Moreira de Souza*

RESUMO: O presente artigo visa estudar a passagem da virtude, vista pelos pensadores clássicos e medievais, para a perspectiva maquiavélica. Veremos o grande abismo ético que Maquiavel provoca com a sua forma de se pensar a prática do ator político.

ABSTRACT: This article aims to study the passage of virtue, viewed by classical and medieval thinkers, for the Machiavellian perspective. We will see the great deep ethical Machiavelli causes with your way of thinking about the practice of political actor.

Palavras-chave: *Virtù*, virtude, ética e ação política.

Keywords: Immanence, political action, *virtù*, and realism.

* Graduado em Filosofia pela PUC-Campinas em 2011. Ênfase na área de Filosofia Política. Contato: everton3729@hotmail.com

1. Introdução

Vamos trabalhar o conceito de *virtù* em Maquiavel. Com efeito, esse conceito chave na filosofia de Maquiavel é fruto de uma evolução que remonta aos pensadores clássicos da Grécia e de Roma. Ora, é fundamental um percurso histórico da *virtù*, pois o secretário florentino só a redimensionou porque tinha um conhecimento profundo do que pensavam os antigos filósofos sobre o assunto.

A intenção, aqui, não é fazer uma genealogia da virtude – assim como Nietzsche fez da moral – mas, sim, compreender que Maquiavel era profundo conhecedor da tradição e que justamente isso foi a mola propulsora de seu pensamento político.

2. Da virtude à *virtù*

Uma grande fonte de inspiração de Nicolau Maquiavel foi o grande orador romano Marco Túlio Cícero.

Nessa linha de raciocínio, para Cícero, a virtude (*virtus*) é algo indissociável da vida pública. Ou seja, o homem que almeja a virtude não pode perder de vista a noção de dever para com os outros. “De fato, parcela alguma da vida, quer nos negócios públicos, quer nos da esfera estritamente pessoal pode prescindir do dever”¹. E o que seria exatamente esse dever na visão de Cícero? Ele mesmo nos responde: “Toda investigação a respeito do dever é de dois tipos. Um envolve o limite dos bens, o outro os preceitos pelos quais o seu uso para a vida passa ser confirmado em todas as partes”². Recapitulando, o homem honesto deve praticar o dever, em seu sentido mais amplo, para que possa ser considerado virtuoso.

Entrementes, a virtude, como desdobramento do dever, pode ser, segundo Cícero, dividida em quatro partes: “ou no discernimento e na apreensão do verdadeiro, ou na manutenção da sociedade dos homens, ou na grandeza e resistência do ânimo elevado, ou na ordem e medida de todas as coisas

¹ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 5.

² CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 7.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 176-186
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

feitas e ditas”³. Mais adiante, ele nos explica o significado de cada uma das virtudes na vida dos indivíduos.

Vejamos, pois, o sentido da primeira: “quando se examina cuidadosamente o que há de mais verdadeiro em cada coisa, aquele que pode acurada e rapidamente descobrir e explicar a razão disso costuma ser tido, com justiça, como prudente e muito sábio”⁴.

Sobre as outras três virtudes restantes, Cícero as define em um único parágrafo:

Às três virtudes restantes cabem as obrigações de preparar e conservar os meios graças aos quais se mantém a vida ativa, de modo que não só se salvguarde a sociedade dos homens como sobressaiam a excelência e a magnanimidade, tanto no aumento e aquisição de bens, para nós e para os outros, quanto no desprezo mesmo dessas coisas⁵.

Ao compararmos essas virtudes, podemos perguntar qual seria a mais importante na vida do homem público. Como havíamos afirmado no início desta explanação, a virtude mais importante, segundo Cícero, é aquela que diz respeito aos interesses coletivos. Dito de outra forma, “essa única virtude é senhora e rainha de todas as outras”⁶.

Em suma, para Cícero, a virtude consiste em manter a palavra, ter grandeza de ânimo, temperança, modéstia, gosto pelo verdadeiro e buscar a manutenção da sociedade. Sobre quem não concorda com essa definição de virtude, Cícero adverte seriamente: “tal pensamento destrói todo vínculo social na cidade”⁷.

Nesse sentido, os humanistas do Renascimento abandonaram os principais conceitos da filosofia medieval, no âmbito político, para resgatar as concepções ciceronianas acerca da *virtus*. Com base nesse raciocínio, podemos inferir o seguinte: “(...) A concepção republicana, própria aos humanistas, punha o homem no centro do universo, exigindo dele aquilo que, aos olhos de um pensador medieval, só a graça poderia dar”⁸. Ou seja, a problemática da *virtù* impõe-se em um

³ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 11.

⁴ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 11.

⁵ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 11.

⁶ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 139.

⁷ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 137.

⁸ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 32.

universo cultural que faz da ação humana o cerne de suas preocupações com a conservação das estruturas do poder. “No limite, podemos dizer que um cristão é incapaz de ser virtuoso sem a intervenção da graça divina”⁹.

Partindo desse pressuposto, Cícero foi o pensador que mais influenciou os humanistas, pois, para ele, o homem tem condições de atingir um alto nível de perfeição exercendo a verdadeira *virtù*. “Para alcançar esta plenitude, no entanto, seria necessário aprender os caminhos da virtude e, para isso, se dedicar ao estudo da retórica e da filosofia antiga”¹⁰. Com efeito, a retórica ganha nova importância no cenário político Humanista, mas, dessa vez, dentro de um contexto mais complexo, uma vez que não basta apenas saber se exprimir, mas aprender a ser um homem (*vir*) verdadeiro.

Nesse campo, Petrarca foi sem dúvida um pioneiro, quando defendeu os “*studia humanitas*” como princípio formador da “*virtù*”, ressaltando cada fase da educação dos jovens no processo de formação, não somente dos “homens virtuosos”, mas sobretudo de uma sociedade sadia. Uma geração mais tarde, essa convicção seria o núcleo da teoria humanista da ação. Salutati, fazendo suas as ideias de Petrarca, insistia na necessidade de se redefinir o sentido da “*virtù*”, porque a ruptura com o pensamento medieval trouxera consigo a exigência de se repensar o papel da ação humana na polis¹¹.

Com efeito, para o homem da Renascença, o fundamental é alcançar o maior nível de perfeição pessoal, pois, dessa forma, é que se contribui para a vida pública. Essa mistura entre qualidades pessoais e virtudes públicas provocou inúmeras interpretações acerca da *virtù*. Nesse contexto, segundo Newton Bignotto, podemos afirmar que duas formas de conceber a *virtù* foram predominantes. “Uma, mais política, ligada às ações perpetradas na ‘polis’, desenvolvida por Cavalcanti, e outra, mais próxima do ideal de educação clássico, que foi desenvolvida por Leon Batista Alberti”¹².

Cavalcanti, antes dos Médicis ascenderem ao poder de Florença, considerava a *virtù* como garantia da estabilidade de uma república. “Para ele, a *virtù* devia comportar os traços de um

⁹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 33.

¹⁰ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 32.

¹¹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 33.

¹² BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 33.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 176-186
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

conhecimento universal, uma vez que o objeto ao qual ela deveria se aplicar era mesmo o universal. (...) A *virtù* seria, assim, uma ação republicana que se opunha à ação dos monarcas e dos tiranos”¹³.

Com efeito, após a ascensão da família Médici ao poder, Cavalcanti percebeu que a liberdade, por ele considerada fundamental na vida política florentina, não pudera ser garantida pela *virtù* dos cidadãos.

A ‘continuidade’ da república fora destruída pela ação consciente de uma classe ambiciosa. Assim, ele passou a acentuar cada vez mais o papel da ‘fortuna’ na vida pública, abandonando a crença quase ingênua na *virtù*. (...) Sua observação das *pratiche* lhe mostrava algo completamente diverso: a discussão e a participação continuavam a existir, mas as decisões tomadas não tinham nada a ver com o conteúdo dos debates. (...) Essa situação-limite de dissolução das antigas instituições o conduziu a conceber a fortuna como uma força que atinge a todos por meio de todos¹⁴.

Diante desse quadro desolador, no qual a fortuna parece dominar de forma avassaladora, Cavalcanti recupera a esperança e admiti que “somente a *virtù*, compreendida em seu sentido republicano, pode nos salvar”¹⁵.

Leon Batista Alberti, em sua obra *Al Fato e alla Fortuna*, exprime com exatidão os pontos mais importantes da segunda interpretação da *virtù* à qual fizemos referência. Para ele, a missão do homem na terra é servir aos outros, e isso implica em conferir à ação humana o maior valor da humanidade. Com efeito, “esse valor provém do fato de que o homem é capaz de atingir a *virtù*”¹⁶. Em suma, segundo Alberti, a educação dos jovens, direcionada para as principais virtudes, seria fundamental para a constituição da verdadeira *virtù*.

Em suma, os humanistas adotaram, sem nenhuma hesitação, que a conduta do príncipe deveria ser pautada sempre pela moral. “E contribuíram com uma objeção especificamente cristã contra qualquer separação entre a conveniência e o campo da moral. Ou seja, a *virtù* - não obstante suas variações de interpretações - deve ser guiada pela ética em favor da comunidade política. No fundo, os

¹³ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 37.

¹⁴ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 37.

¹⁵ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 38.

¹⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 34.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 176-186
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

humanistas não se distanciam de Cícero ao abordar a *virtù*. Eles apenas tiram desse conceito qualquer possibilidade de ação da graças de Deus, como pretendiam os medievais.

Essa discrepância dos humanistas com relação aos medievais sobre a *virtù* abriu um vasto caminho para Maquiavel revolucionar definitivamente o que se pensa sobre o homem virtuoso.

3. Maquiavel e a *virtù* política

Nesse sentido, foi muito profícuo analisarmos como pensava Cícero e os humanistas florentinos acerca da *virtù*, pois Maquiavel ao redefinir esse conceito, conhecia muito bem a tradição da qual estava se distanciando. E com essa base ficará mais claro para entendermos a profundidade da inovação maquiaveliana.

Nessa linha de raciocínio, podemos notar que, no capítulo XV de *O Príncipe*, Maquiavel desfecha um ataque fulminante à toda tradição moralista. Ele começa com a referência de que muitos já discursaram e escreveram sobre o modo de agir principesco. E depois de dar uma introdução ao assunto, Maquiavel escreve sem meandros e escrúpulos: “Sendo meu interesse escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-me mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela”¹⁷.

Em seguida, Maquiavel coloca em questão a bondade enquanto meio de conduta principesco e realiza uma contundente valorização daquilo que é vil: “pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons”¹⁸. Esse ponto merece uma reflexão. É fato que, na arte do agir político, existem pessoas que não seguem os valores tradicionais. Notamos que Maquiavel está plenamente ciente disso. Ora, se assim é a realidade política, será que a conduta virtuosa conseguirá vencer a maldosa? A longa experiência pública de Nicolau atesta que não. Por isso, somente aquele que consegue reconhecer a realidade efetiva das coisas entenderá que a virtude, no sentido tradicional do termo, não tem espaço na ação política.

¹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 75.

¹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 75.

Com efeito, “Maquiavel rejeita completamente o postulado humanista fundamental de que essas são virtudes necessárias a um governante para atingir seus fins mais elevados”¹⁹. Por esses motivos, o secretário florentino não titubeia e assinala: “Eis porque é necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disso segundo a necessidade”²⁰. É curioso notar que Maquiavel não obriga ninguém a seguir seu conselho, todavia alerta, logo no início da oração, que para o êxito do “bom governante” é necessário possuir a verdadeira *virtù*.

Em outras palavras,

a crítica de Maquiavel ao humanismo clássico e contemporâneo é simples e devastadora. Ele sustenta que o governante, desejando alcançar seus fins mais altos, verá que nem sempre o racional é moral; pelo contrário, descobrirá que qualquer tentativa sistemática de cultivar as virtudes principescas se demonstrará uma política calamitosamente irracional. Mas como fica a objeção cristã de que essa seria uma posição tola, além de maligna, visto esquecer que, no dia do juízo final, todas as injustiças serão punidas? Sobre isso, Maquiavel não diz uma única palavra. Seu silêncio é eloquente, e de fato marcou época; ecoou por toda Europa cristã, sendo de início recebido com um silêncio de assombro, e depois com um alarido de execração que nunca cessou por completo²¹.

Essa rejeição de Maquiavel à tradição leva-nos a pensar. Nosso filósofo concorda com os fins a serem buscados: todo príncipe deve procurar manter seu estado. A sua discordância é com relação aos meios. Com efeito, é desse raciocínio que surgiu a tão famosa frase que comumente é atribuída a Maquiavel: “Os fins justificam os meios”. Embora ele nunca tenha formulado essa máxima, da forma que a conhecemos hoje, ela revela muito sobre a *virtù* do príncipe maquiaveliano e possibilita-nos uma comparação entre um príncipe virtuoso – no sentido tradicional – e um príncipe de *virtù* – concebido por Maquiavel para, de fato, termos certeza da eficácia de ambos.

Nesse sentido, vamos, pois, ver se, de fato, o pensador florentino tinha razão ao abandonar a tradição para erigir uma nova ética política.

Maquiavel, para provar que a *virtù* é fundamental ao príncipe, faz uma analogia entre pessoas que possuíam fama de boas e outras que eram temidas pela sua enorme *virtù* e mostra que somente o segundo grupo obteve sucesso na arte de governar.

¹⁹ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Trad. de Denise Bottmann. Porto Alegre, L&PM, 2010, p. 54.

²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 75, grifo nosso.

²¹ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Trad. de Denise Bottmann. Porto Alegre, L&PM, 2010, p. 55.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 176-186
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

De um lado, temos as figuras dos bons: “(...) Marco, Pertinax e Alexandre, todos de vida moderada, amantes da justiça e inimigos da crueldade, humanos e bondosos, tiveram todos, com exceção de Marco, um triste fim”²². Não contente com isso, Maquiavel dá um pequeno exemplo do que era a bondade de Alexandre: “ele foi de tamanha bondade que, entre outros louvores que lhes são atribuídos, conta-se que, durante quatorze anos de império, jamais alguém foi morto em seu julgamento (...). Contudo, seu exército conspirou contra ele e o massacrou”²³.

Em contrapartida, Maquiavel mostra-nos a figura de Severo e Maximino. Eis o que ele sobre diz sobre esses comandantes: “foram muito cruéis e rapaces e, para satisfazer os soldados, não pouparam nenhum tipo de injúrias que pudessem cometer contra o povo”. Contudo, ter a posse da *virtù* não implica que a pessoa tenha que ser e parecer somente má. É necessário trabalhar com a ficção e evitar o ódio para que se possa de fato ter agido com *virtù*. Para justificar esse ponto de vista, Maquiavel afirma:

Severo tinha tanta *virtù* que, mantendo a amizade dos soldados, pôde sempre reinar com tranqüilidade, embora oprimisse o povo, porque sua *virtù* o tornava tão admirável no conceito dos soldados e do povo que este permanecia de certo modo atônito e estupefato, e aqueles, reverentes e satisfeitos²⁴.

Como podemos notar, Severo, homem de muita *virtù*, conseguiu manter o estado mediante atos cruéis, enquanto Alexandre, modelo de bondade, foi assassinado pelo próprio exército. Em outras palavras, somente homens que desfilam e seguem os ditames da verdadeira *virtù* – capacidade de ação seja ela boa ou má e a simulação para evitar ser odiado – é que estão preparados para a contingência da ação política.

Com isso em mente, Maquiavel dedica o capítulo VI de *O Príncipe* à análise dos homens que conquistaram principados mediante a *virtù*. Nesse sentido, ele nos ensina:

²² MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 94.

²³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 95.

²⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 95.

Quanto aos que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais eminentes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e similares. E, ainda, que não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi mero executor das coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus. Consideremos, porém, Ciro e os demais conquistadores ou fundadores de reinos: acharemos todos eles admiráveis e, se observarmos suas ações e ordenações particulares, não perecerão discrepantes das de Moisés, que teve tão grande preceptor. Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para poderem introduzir nela a forma que lhes aprouvesse. E, sem ocasião, a *virtù* se teria extinto, assim como sem a *virtù*, a ocasião teria vindo em vão²⁵.

Outro exemplo interessante de Maquiavel sobre a *virtù* é a figura de César Bórgia. Contudo, já falamos dele no primeiro capítulo e discorrer sobre isso novamente seria desnecessário. Entretanto, quando estudamos a pessoa de Bórgia, não adentramos na derrota que ele sofreu por confiar demais na fortuna. E essa análise será oportuna, pois, ao finalizá-la, trataremos do conceito de fortuna e isso permite-nos uma coerência de pensamento entre os capítulos.

Com efeito, o duque Valentino confiou demasiadamente na fortuna ao creditar fé na palavra do papa Júlio II. Ora, se a fortuna advinda do pai e a própria *virtù* foram as bases do sucesso desse comandante, a mesma fortuna que dantes estendera-lhe o braço, agora passa-lhe a perna! Maquiavel resume isso numa simples frase: “O duque errou. Portanto, nessa escolha, que foi a causa de sua ruína”²⁶.

4. Conclusão

Chegamos à conclusão de que o excesso de bondade é tão pernicioso quanto o excesso de crueldade. Ambos acarretam inconvenientes perigosos quando não são retificados por uma grande *virtù*. Podemos, então, definir a *virtù* como capacidade de ação política – seja boa ou má – que tem por finalidade a manutenção do Estado e da glória pessoal. Se o homem de *virtù* deve saber trabalhar com a necessidade dos tempos, é fundamental que ele tenha o auxílio da fortuna.

²⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 26.

²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 37.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 176-186
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

Referências

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Trad. de Denise Bottmann. Porto Alegre, L&PM, 2010.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 176-186
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------